

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI

Processo Administrativo Prévio para Processo de Inexigibilidade nº 02/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

• Observações Iniciais:

Conforme disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's).

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constituem a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação e embasar o termo de referência/projeto básico/plano de trabalho, que somente será elaborado se a contratação for considerada viável.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP é importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disicplinam os materiais/equipamentos/serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, além de analisar as contratações anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e execução do objeto.

1- DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação, por inexigibilidade de licitação, de profissional para prestar serviços de assessoramento jurídico especializado ao setor de compras e licitações do CIMAU, com o objetivo de prestar suporte técnico-jurídico na elaboração de editais, termos de referência, estudos técnicos preliminares e demais instrumentos legais, bem como assessorar na formalização e renovação de convênios, credenciamentos em saúde e na execução do programa GERCON, atendendo as demandas dos municípios consorciados e do próprio consórcio a contratação justifica-se em razão da notória especialização do profissional, que já prestou serviços anteriormente ao CIMAU, demonstrando pleno conhecimento das necessidades específicas do Consórcio e contribuindo de forma efetiva para a adequada condução e regularidade dos certames licitatórios.

2- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

O objeto a ser contratado é a **CONTRATAÇÃO** Prestação de serviços de assessoramento jurídico especializado, abrangendo elaboração de editais, termos de referência, estudos técnicos preliminares e demais



(55) 3798-1702 / (55) 9 9665-8370



instrumentos legais, bem como assessorar na formalização e renovação de convênios, credenciamentos em saúde e na execução do programa GERCON.

3- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

O Consórcio Intermunicipal (CIMAU) tem registrado um aumento significativo no número de solicitações de processos de compras por parte dos municípios consorciados, especialmente relacionados elaboração e acompanhamento de processos licitatórios, editais, termos de referência e demais instrumentos legais, bem como na formalização e renovação de convênios, assessoramento em credenciamentos de serviços de saúde e apoio à execução de programas intermunicipais, a exemplo do GERCON.

Considerando o reduzido quadro de servidores disponíveis para atender à crescente demanda e a complexidade técnica e jurídica dos procedimentos licitatórios exigidos pela legislação vigente, verifica-se a necessidade de contratação de profissional habilitado e de notória especialização para prestar assessoramento jurídico especializado ao Setor de Compras e Licitações do CIMAU.

O serviço contratado tem como finalidade assegurar a adequada elaboração do edital, minuta de contrato e demais documentos do processo licitatório, garantindo a regularidade jurídica, a observância dos princípios administrativos e a conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A contratação também se justifica pelo fato de que o profissional indicado já prestou anteriormente serviços de natureza idêntica ao CIMAU, demonstrando conhecimento técnico sobre as peculiaridades do Consórcio e eficiência na condução de certames anteriores, o que contribui para a celeridade, segurança jurídica e efetividade do processo de aquisição em curso.

4- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A contratação dos serviços será inserida no plano de contratações anual do Consórcio.

5- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Constituem requisitos para contratação, a seleção de Pessoa Jurídica que contenha capacidade técnica a desempenhar e assegurar a adequada elaboração do edital, minuta de contrato e demais documentos do processo licitatório, garantindo a regularidade jurídica, a observância dos princípios administrativos e a conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO e VIABILIDADE LEGAL

O Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, trata da inexigibilidade de licitação em casos de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em especial quando







voltados para treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal. Essa inexigibilidade se aplica quando o serviço só pode ser prestado por profissional ou empresa de notória especialização. Por conta disso, a contratação de John Régis Gemeli dos Santos Sociedade Individual de Advocacia, ora proponente, por seu titular, é advogado, com ampla experiência em Direito Público, formado pela UNIJUÍ em 2º/1999, com mais de 25 anos de experiência profissional no ramo. Possui credenciais: a) 1987/1991: - Auxiliar de Escritório de Advocacia - Tenente Portela/RS; b) 07/1996 à 12/1996: - Censo IBGE - Tenente Portela/RS - Supervisão e Fiscalização; c) 01/05/1997 à04/03/1999: - Poder Legislativo de Tenente Portela/RS – Câmara de Vereadores - Assessor Especial da Presidência; d) 08/03/1999 à 15/03/2000: - Ministério Público de Tenente Portela -Estagiário em Direito do MP; e) 02/01/2001 à 03/11/2025 (vigente): - Prefeitura de Derrubadas - Assessor Jurídico; f) 11/2008 até à 03/11/2025 (vigente): - Consórcio Intermunicipal do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - CISA - Consultoria Jurídica; g) 2008 à 03/11/2025 2025 (vigente): Associação Gaúcha de Consórcios Públicos- AGCONP- Consultor Jurídico da entidade que congrega os Consórcios Públicos Intermunicipais do RS; h) 06/2025 à 06/11/2025 (vigente): Consultoria Jurídica no CIMAU - Consórcio Intermunicipal do Médio Alto Uruguai, Rodeio Bonito/RS; h) Atividades de Consultoria e Assessoria Jurídica em períodos aleatórios: Poder Legislativo de Barra do Guarita; Poder Legislativo de Derrubadas; 21ª. Coordenadoria Regional de Educação de Três Passos/RS; Assessoramento Jurídico na Prefeitura de Inhacorá/RS; Consórcio Público do Extremo Sul – COPES, com sede em Pelotas/RS; Consórcio CONISA, com sede em Nonoai/RS; Consórcio CIDEJA, com sede em Candiota/RS; Consórcio CONSAD/SC; CONACI/BR - Confederação Nacional de Consórcios Intermunicipais do Brasil; Possui prestação de Serviços de Jurídica na área de Direito Público, com ênfase legislação direcionada aos Consórcios Públicos, Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Lei 6.017/2007 e legislação correlata; Emissão de pareceres e elaboração de minutas de Termos de Referência, Pareceres em Recursos Administrativos de Impugnação, Sugestão de elaboração de Estudo Técnico Preliminar -ETP e Termo de Referência -TR e Editais de Licitação, o que deverá contar com o apoio técnico do pessoal do CIMAU e outras atividades de assessoramento decorrente da aplicação da Lei de Licitações nº 14.133/2021, Legislação atrelada ao Direito Administrativo; Encaminhamentos de propostas resolutivas na área de Credenciamento de Serviços em Saúde; Interlocução e Assessoramento na execução do programa GERCON; Assessoramento para formalização e renovação de Convênios entre órgãos intermunicipais, Estado do RS e União e Assessoramento Jurídico para revisão de atos administrativos da contratante; Assessoria e consultoria acerca da matéria de licitações e contratos administrativos, de forma complementar, ao órgão de assessoramento jurídico do CIMAU.



7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Considerando que o objeto da presente contratação se refere à prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento jurídico, a estimativa de quantidade se baseia que o assessoramento jurídico prestará suporte técnico para a formalização e renovação de convênios intermunicipais, estaduais e federais, assessorará em credenciamentos de serviços na área da saúde e contribuirá na execução do Programa GERCON, atividades que exigem análise jurídica especializada e constante atualização normativa.

O atendimento ocorrerá presencialmente na sede do CIMAU uma vez por semana, garantindo acompanhamento direto das demandas, e de forma remota conforme a necessidade, assegurando continuidade e eficiência no assessoramento prestado pelo período de 12 meses.

Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de suporte jurídico permanente e qualificado, com vistas a fortalecer a gestão administrativa e operacional do Consórcio, promover segurança jurídica nos processos conduzidos e atender de maneira eficaz às demandas dos municípios consorciados.

8- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor da contratação será de R\$ 3.500 (três mil e quinhentos reais) mensais totalizando um valor anual de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

9- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta consiste na contratação de profissional habilitado e de notória especialização para a prestação de serviços técnicos de assessoramento jurídico especializado ao Setor de Compras e Licitações do CIMAU, os serviços contratados serão prestados da seguinte forma:

- a) Disponibilização em tempo integral de "Consultoria Jurídica", por Email, telefone ou aplicativo de mensagens, sem limite de quantidade de consultas a serem feitas empregados e funcionários do Consórcio, decorrentes de dúvidas suscitadas em face de fatos supervenientes, devendo toda e qualquer orientação ser dada somente por profissionais devidamente habilitados;
- b) Disponibilização na prestação dos serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica, profissionais devidamente habilitados, com 1 (uma) visita semanal *in loco*, na sede do Consórcio;
- c) O CONTRATADO deverá prestar os serviços na sede do CONTRATANTE, sempre que necessária a convocação por parte deste, além de ficar à disposição para qualquer tipo de consulta ou orientação jurídica, tanto pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação disponível, bem como no escritório do contratado;
- d) Caso os serviços não correspondam às especificações exigidas no termo de referência e no contrato, o CONTRATADO deverá providenciar, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a sua correção;



(55) 3798-1702 / (55) 9 9665-8370



- e) Todos os materiais e serviços necessários para execução dos trabalhos será de responsabilidade do CONTRATADO;
- f) As despesas necessárias para execução dos serviços quando fora do município sede tais como transporte, alimentação e hospedagem correrão por conta do Consórcio Intermunicipal;
 - g) A execução dos serviços contratados se dará exclusivamente pelo Escritório de Advocacia.

10- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Por se tratar de ações que serão desenvolvidas ao longo do ano previstos no objeto as soluções para o atingimento das metas serão paulatinamente observadas.

11 -ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

A presente contratação está alinhada ao planejamento institucional do CIMAU, que prevê o fortalecimento da gestão administrativa e o aperfeiçoamento dos processos de compras e licitações em benefício dos municípios consorciados. A contratação de assessoramento jurídico especializado visa assegurar a regularidade e a eficiência na elaboração e condução de processos licitatórios, atendendo às metas e diretrizes estabelecidas no plano de trabalho do Consórcio.

12- RESULTADOS PRETENDIDOS:

A contratação do assessor jurídico especializado é considerada inexigível de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, em razão da notória especialização do profissional, que já prestou serviços anteriormente ao CIMAU com pleno conhecimento das necessidades do Consórcio.

A experiência prévia do profissional assegura qualidade técnica, celeridade e segurança jurídica na elaboração e acompanhamento do processo licitatório, elementos essenciais para o correto atendimento às demandas dos municípios consorciados. A contratação direta se justifica pela impossibilidade de competição, dada a natureza singular do serviço e a reconhecida competência do profissional.

13- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Procedimentos legais e administrativos decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021.

14- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:

Não se aplica.

15- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:



(55) 3798-1702 / (55) 9 9665-8370

 \geq 2

administracao@cimau.com.br

Rua Piratini, 139 - Bairro Piratini CEP 98360-000 - Rodeio Bonito - RS



O objeto a ser contratado possui viabilidade técnica e econômica, eis que o Consórcio possui capacidade administrativa e legal para a contratação de empresa ou instituição de ensino para a execução do objeto, construindo para o desenvolvimento regional.

16- ANEXOS

Junta-se o Termo de Referência e o Contrato firmado entre o Contratado e o Consórcio Intermunicipal do Médio Alto Uruguai – CIMAU.

Rodeio Bonito RS, 17 de novembro de 2025.

Vol<mark>mir Franqui</mark>ni Borges Secretário Executivo CIMAU



